

Senado vota hoje PLP da reforma tributária

Congresso Debate na CCJ do Senado levou votação em plenário a ser adiada para a manhã desta quinta

CCJ aprova tributária e retira armas do seletivo

Caetano Tonet e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira (11) o principal projeto de lei complementar (PLP 68/2024) da reforma tributária. Após mais de 7 horas de debate, o colegiado fez uma série de alterações no parecer apresentado na véspera pelo relator, Eduardo Braga (MDB-AM), e retirou armas, munições e bebidas açucaradas do rol de itens afetados pelo imposto seletivo.

Em outra frente, incluiu mais setores na lista de beneficiados pela alíquota reduzida em 60%, o que tende a aumentar a alíquota padrão do novo imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O texto será analisado nesta quinta-feira (12) pelo plenário da Casa, antes de ser remetido à Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cancelou a sessão do Congresso que estava prevista para o mesmo horário para que a proposta seja analisada.

A inclusão de armas e munições no seletivo foi uma decisão pessoal de Braga. Por parcer produtos da taxa, criada para colibir bens considerados prejudi-

ciais à saúde e ao meio ambiente, é uma vitória da oposição. O senador Flávio Bolsonaro (PFL-RJ) disse que o relator quis, no Senado, abrir um segundo round sobre a discussão, já que a taxação extra desses produtos já havia sido derrotada no plenário da Câmara.

“Isso não foi discutido em momento nenhum. O impacto disso na arrecadação é iraco. Ele incluiu por uma questão pessoal, ideológica, num projeto extremamente técnico”, afirmou Flávio.

Já Braga afirmou que nenhuma atitude sua sobre o parecer da reforma tributária foi tomada com base em questões ideológicas. “O que se trata aqui não é proibição a compra de armas. Eu só quero que armas e munições não tenham redução de carga tributária”, argumentou.

O Valor apurou que a equipe econômica esperava “perder” a sobretaxa sobre armas quando o texto fosse analisado na Câmara, mas não ainda no Senado. Braga ainda tem esperança de retomar o texto no plenário.

Ainda em relação ao seletivo, os senadores isentaram da sobretaxa as bebidas açucaradas. A decisão foi tomada por meio de votação simbólica, em apoio a uma emenda apresentada pelo sena-



Braga: relator alterou seu parecer pelo menos três vezes até a tarde de 4ª feira

dor Omar Aziz (PSD-BA).

Em outra frente, o próprio relator acatou emendas que aumentam o número de produtos com tributação diferenciada ou isenções. Após ouvir sugestões de senadores durante a primeira

parte da sessão, Braga apresentou uma nova versão do texto em que acolheu uma sugestão para que biscoitos e bolachas, desde que não adicionados de cacau, recheados, cobertos, ou amantiguados, independentemente de

sua denominação, tenham desconto de 60% na alíquota padrão. Depois, por meio de destaque, o setor de saneamento básico foi incluído no rol de alíquota reduzida de 60% do IVA.

Eduardo Braga afirmou que a inclusão do setor de saneamento na alíquota reduzida de 60% terá um impacto de 0,5 ponto percentual na alíquota padrão de referência do novo sistema. Já a retirada das bebidas açucaradas do imposto seletivo terá impacto de 0,07 ponto percentual.

Antes da votação, com base no seu primeiro parecer, Braga estimou que a alíquota padrão de referência subiria de 27,97% para 28,1%. Com a inclusão de saneamento e a retirada das bebidas açucaradas, a estimativa da alíquota sobe para 28,67%.

No entanto, o texto incluiu mais exceções. No parecer protocolado à tarde, Braga também acatou emendas que alteram os produtos da cesta básica, com a entrada da ervas-mate, utilizada para fazer chimarrão e tereré, na isenção total de imposto.

Ele também acatou uma emenda da senadora e ex-ministra da Agricultura, Iteza Cristina (PP-MG), que prevê alíquota padrão reduzida em 60% para

defensivos e outros insumos agrícolas. O impacto na alíquota padrão não foi informado.

Em outra frente, acolheu sugestão do senador blefista de Jesus (Republicanos-RR) que estende os benefícios fiscais das áreas de livre comércio (ALC) até 2073. Inicialmente, esse prazo enquadrava a apenas a Zona Franca de Manaus (ZFM), enquanto as ALCs, localizadas em cidades do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá, estavam previstas até 2050.

Durante a audiência, Braga protagonizou uma série de embates com os senadores, justamente por mudanças de última hora no texto. O relator já havia apresentado três versões do seu parecer até a tarde de quarta-feira (11).

Como os senadores promoveram mudanças de mérito, o projeto de lei precisará voltar para a Câmara, a quem cabe a palavra final. Pacheco corre para tentar entregar o texto da tributária ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), até o fim desta semana, de forma que os deputados possam analisar as mudanças na próxima semana. É um desejo dos presidentes das duas Casas terminar seus mandatos com a regulamentação da reforma concluída.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 20